

## Família “Pacheco de Itu” e as genealogias.

ALINE ANTUNES ZANATTA\*

Segundo o ministro diplomático Dr. Oduvaldo Pacheco e Silva, ao ser apresentado a S. Imperial, princesa Isabel, numa recepção em Paris, esta lhe perguntou:

“Pacheco de Itu? E, à resposta afirmativa, redargüiu a princesa:- É uma das mais antigas e tradicionais famílias brasileiras, cujos membros conheci nos meus saudosos tempos do Brasil”. (SOUZA FILHO, 1930: 15)

O referido acontecimento foi narrado em duas genealogias organizadas no século XX por descendentes da linhagem Pacheco, João Baptista de Souza Filho e Frederico de Assis Pacheco Borba. Desta maneira, torna-se pertinente relativizar qualquer premissa junto às genealogias, uma vez que estas frequentemente foram produzidas à luz de interesses próprios de um grupo social. Principalmente porque, como sugeriu Carlos Bacellar, a partir do momento em que as famílias de senhores de engenho tomaram consciência de que formavam um grupo distinto do restante da sociedade, procuraram estabelecer critérios delimitadores de suas especificidades. Neste sentido, segundo Bacellar, a construção de genealogias foi uma prática disseminada para explicar “posições de domínio socioeconômico.” (BACELLAR, 1997: 177)

Diante das ponderações assinaladas por Carlos Bacellar, parece lícito indagar qual teria sido a projeção política e econômica que os descendentes do núcleo Pacheco almejavam enfatizar por meio da descrição de suas genealogias.

Para Luiz Gonzaga da Silva Leme, a família Pacheco está inserida como pertencente entre os primeiros conquistadores no território paulista de título Tenórios. Para Silva Leme, esta família originou-se em São Paulo, de Martim Fernandes Tenório de Aguiar, de “nobre ascendência”, povoador e célebre conquistador dos sertões no posto de Capitão-mor da tropa, atuando também no governo de São Paulo. (LEME, 1941)

---

\* Doutoranda em História Econômica/FFLCH/USP, onde desenvolve o projeto intitulado, “Pacheco de Itu”: Família e Patrimônio. (1756-1898), sob orientação da profa. Dra. Eni de Mesquita Samara. Também é Mestre em História Cultural/Unicamp, e desde 2006 atua no educativo do Museu Republicano “Convenção de Itu”/MP/USP.

Em 1930, João Baptista de Souza Filho publicou a obra *Apontamentos Histórico- Genealógicos sobre a Família Pacheco da Silva*, na qual destacou a ancestralidade de Antonio Pacheco da Silva entre a descendência de Manuel Pacheco, fidalgo português, da ilha de São Miguel, e de Dona Beatriz Gato, pertencente à família Borba Gato. Ao destacar a ancestralidade entre os Borba Gato, Souza Filho descreveu a importância dos membros da família Pacheco na conquista do sertão e para a implantação da produção agrícola canavieira e cafeicultura paulista. ( SOUZA FILHO, 1930: 15)

Já em 1948, Frederico de Barros Brotero, em sua obra, *A Família Jordão e seus afins*, tratou do seguimento da família Pacheco que contraíram matrimônio com os descendentes do Alferes Manuel Rodrigues Jordão. Para tanto, descreveu os filhos de Antonia Fausta Pacheco Jordão, esposa do tenente Elias Antonio Pacheco da Silva destacando suas ocupações suas ocupações econômicas, políticas e matrimônios realizados. (BROTERO, 1948)

Em 1977, em consonância com a narrativa desenvolvida por Souza Filho, Frederico de Assis Pacheco Borba também apresentou a origem da família Pacheco de Itu na descendência de Manuel Pacheco e sua esposa Dona Beatriz Gato. Contudo, ressaltou com descrição de detalhes a participação dos descendentes de Antonio Pacheco da Silva no processo de ocupação empreendida pelos portugueses, bem como protagonizando entre os fatos políticos considerados relevantes para a política nacional do século XIX. (BORBA, 1977)

Logo, observa-se que, se a genealogia de Silva Leme buscou a ancestralidade dos primeiros conquistadores no território paulista; por outro lado, a obra de Frederico de Barros Brotero, centrou-se no entendimento dos casamentos e ocupações dos descendentes da família Jordão. Já as genealogias de Souza Filho e Frederico Borba versaram, sobretudo, em construir uma narrativa da família Pacheco, elucidando de forma cronológica a origem européia, as ocupações políticas e empreendimentos econômicos desenvolvidos pelos descendentes do sargento-mor Antônio Pacheco da Silva. Vale lembrar ainda que estas duas citadas obras enfatizaram os segmentos desta família que preservaram a antiga sede do “Engenho Grande”, de Antônio Pacheco da Silva. Aspecto este que também pretendemos examinar em nosso projeto de doutorado concernente às estratégias de preservação do Patrimônio do núcleo familiar Pacheco.

Desta forma, as genealogias, como veremos a seguir, possibilitam situar os membros da família “Pacheco de Itu”, no processo de ocupação e exploração do território paulista.<sup>1</sup>

O memorialista Nardy Filho, ao realizar sua descrição sobre a história de Itu, salientou a importante participação de várias famílias para a história da cidade, dando ênfase à família Pacheco. Para tanto, o memorialista ituano Nardy Filho intitulou a referida família como Os Pacheco da Silva e Os Pacheco de Itu, construindo, portanto, a identidade desta linhagem a partir de seu estabelecimento nas terras ituanas. (NARDY FILHO, 2000)

Segundo Nardy Filho, o primeiro membro da família Pacheco a estabelecer-se em Itu foi Antonio Pacheco da Silva. Este, por sua vez, era natural de Cotia, filho de Manuel Pacheco Gatto e de d. Izabel Gonçalves da Silva, filha de Thomé Gonçalves Malio. Seguindo o exemplo de seu tio avô Baltazar de Borba Gatto, Antonio Pacheco da Silva participou de inúmeras bandeiras e entradas nos sertões de Cuiabá e Goiás, assim como ocupou cargo de sargento-mor. Casou-se duas vezes: a primeira com d. Maria de Campos Bicudo, e a segunda com d. Ignácia de Góes Araújo, filha de Antonio Bicudo de Barros. (NARDY FILHO, 2000)

Do seu primeiro matrimônio, teve uma única filha chamada Izabel Maria do Lado de Cristo, que foi freira no recolhimento de Santa Theresa em S. Paulo. Já do segundo casamento com Inácia de Góes Araújo, teve 10 descendentes: tenente Manuel Pacheco

---

<sup>1</sup> Sobre a produção de açúcar em Itu, ver: ALMEIDA, Joseph César Ferreira de Almeida. Entre engenhos e canaviais: Senhoras do Açúcar em Itu (1780-1830). Dissertação em História Econômica, FFLCH, USP, 2008. GUEDES, Roberto. Egressos do Cativo: Trabalho, Família, Aliança e Mobilidade Social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad & FAPERJ, 2008; GODOY, Silvana Alves de. Itu e Araritaguaba na rota das monções. (1718-1838). Dissertação de Mestrado: História Econômica, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2002. LISANTI FILHO, Luis. Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (O exemplo de três vilas paulistas-Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/29). Tese de Doutorado USP, São Paulo 1962. LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Hebert S. H. Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. MARANHO, Milena Fernandes. A Opulência Relativizada. Significados econômicos e sociais de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga. 1648-1682. Dissertação de Mestrado. Agosto, 2000. MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000; MELO, Evando Vieira de. O açúcar no café: Agromanufatura Açucareira e Modernização em São Paulo (1850-1910). São Paulo: Tese Doutorado História Econômica FFLCH- USP, 2009. PETRONE, Maria Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Europeia do Livro. QUEIROZ, Suely R. Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1966. SAMARA, Eni de Mesquita. Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano em Itu, 1780-1830. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

Gatto, Padre Antonio Pacheco da Silva, Sargento-mor José de Góes Pacheco, Alferes Luciano Francisco Pacheco, Ignácio Pacheco da Silva, Tenente Elias Antonio Pacheco da Silva, Maria Pacheco da Silva, Josepha Maria de Góes, Thereza Antonio de Góes Pacheco e Maria da Anunciação Góes. (NARDY FILHO, 2000: 104)

Após seu segundo matrimônio, Antonio Pacheco da Silva passou a residir em Itu, tornando-se em 1756 um grande proprietário de terras, “sesmaria de uma légua em quadra – montando nelas um engenho e se dedicando à lavoura da cana.” Estas terras receberam o nome de “Engenho Grande”, onde foi construída a residência<sup>2</sup> da família. (NARDY FILHO, 2000: 193)

De acordo com Carlos Bacellar, em Itu, antes do efetivo desenvolvimento da produção de cana-de-açúcar, mais precisamente em 1773, algumas propriedades se diferenciavam das roças existentes. Embora desprovidas de recursos e com produção em pequena escala alguns engenhos destoavam na paisagem da vila. Entre essas produções, podemos apontar o engenho do sargento-mor Antonio Pacheco da Silva que, com ajuda de cinquenta e dois escravos, produziu 400 arrobas de açúcar no ano de 1773. Segundo Carlos Bacellar, em sua análise realizada junto às listas nominativas da vila de Itu, esse sargento-mor tornou-se um poderoso senhor de engenho e grande produtor de açúcar, tarefas às quais seus filhos deram continuidade. (BACELLAR, 1997: 28)

Os filhos de Antonio Pacheco da Silva, por sua vez, como densamente apresentados na genealogia de Luis Gonzaga da Silva Leme, efetuaram matrimônio com parentes ou indivíduos também representantes da elite agrária. Sobre tal prática, Bacellar esclareceu que, os casamentos consangüíneos tinham, no período, duas vantagens: não introduzir sangue novo na família e preservar os bens e a fortuna das partilhas. (BACELLAR, 1997: 88)

---

<sup>2</sup> Esta residência foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como “Casa Bandeirante”. O arquiteto Julio Katinsky, incluiu está residência entre as “Casas bandeiristas”. Sobre o assunto ver: Julio Roberto Katinsky. “Casa Bandeiristas”- Nascimento e Reconhecimento da Arte em São Paulo- Tese Doutorado/ USP, 1972. Dado significativo, pois segundo as genealogias, além da casa possuir influência do partido arquitetônico da época das bandeiras, seu proprietário participou de várias bandeiras. Vale destacar que, esta mesma moradia, até o presente, tem sido conservada pela família Pacheco, nela residindo descendentes da sétima geração do sargento-mor Antonio Pacheco da Silva. Sobre as residências de partido bandeirista ver também: LEMOS. Carlos. Casa Paulista. SP: Edusp, 1999; SAIA, Luís. A casa bandeirista: uma reinterpretação. SP: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1955. Do mesmo autor, Residências Rurais do Brasil Colônia. Tese de Livre Docência. FA-Universidade de Minas Gerais, 1958; ZANETTINI, Paulo Eduardo. Maloqueiros e seus Palácios de Barro: O cotidiano Doméstico na Casa Bandeiristas. São Paulo: Tese de Doutorado em Arqueologia-MAE-USP, 2005.

Segundo o mesmo autor, o parentesco de quarto grau era opção dominante nos casamentos consangüíneos. E, analisando onze famílias descendentes de senhores de engenho, detectou que a “opção preferencial era pelo primo-irmão (primo de quarto grau) consangüíneo pelo lado paterno, quer o cônjuge acompanhado seja homem ou mulher, num total de 63.3% das opções. A escolha pelo primo-paterno efetuava-se, pois, numa proporção de dois para um em relação ao primo consangüíneo pelo lado materno.” (BACELLAR, 1997: 84)

Entretanto, esta estratégia matrimonial de preferência da linhagem paterna em detrimento da materna, não foi à única, pois práticas opostas também podiam ser realizadas, como os matrimônios consangüíneos efetuados abaixo:

Em 1783, José de Góes Pacheco casou-se com sua parente Dona Gertrudes Antonia de Barros, também residente da vila de Itu.

Devido a essa ligação familiar, em 18 de março de 1783, na cidade de São Paulo, no cartório da câmara Episcopal, Dona Gertrudes Antonia de Barros e José de Góes Pacheco pediram dispensa matrimonial para se casarem, apontando os seguintes itens:

*“P. que Josefa de Arruda e Izabel de Arruda eram, irmãs, da q’ Josefa de Arruda procedeu Ignácia de Góis Arruda e da q’ Ignácia de Góis procedeu José de Góis Pacheco, orador;*

*P. que de Izabel de Arruda procedeu Maria Dias e da Maria Dias procedeu Gertrudes Antonia de Barros, oradora”<sup>3</sup>.*

Para os oradores o pedido de dispensa ainda era justificado, na medida em que a “(...) nobreza, de ambos serviu de justificativa a necessidade da dispensa, uma vez que a linhagem e fortuna dos principais da terra deveria ser preservada, existindo a necessidade de casamentos entre iguais.”<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup>ACM-SP. Fundo: Índice seção segunda: Dispensas matrimoniais e casamentos. Est.15 gav.76 nº 1783. Ver estudo deste casal: ZANATTA, Aline Antunes. Justiça e Representações Femininas: O divórcio entre a elite paulista. Dissertação de Mestrado em História Cultural/IFCH/Unicamp, 2005.

<sup>4</sup> ACM-SP.Fundo: Índice seção segunda: Dispensas matrimoniais e casamentos. Est.15 gav.76 nº 1783. Sobre os estudos sobre estratégias de preservação do Patrimônio, ver alguns estudos: GOLDSCHMIDT, Eliana M. R. “Famílias Paulistas e os casamentos consangüíneos de ‘donas’, no período colonial”. Anais da 17ª Reunião da S.B.P.H. São Paulo, 1997. METCALF, Alida C. “Elementos para definição do padrão familiar da elite de São Paulo”. *Ler História* (Lisboa)29:91-104,1995; NAZZARI, Muriel. O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, 1600-1900. Trd. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Dinâmica familiar da elite paulista ( 1765- 1836 ) Estudo diferencial de

Assim como José de Góes Pacheco, seu irmão Luciano Francisco Pacheco também realizou alianças matrimoniais com parentas.

Sobre os casamentos entre parentes, Bacellar, apoiado em seu estudo sobre os senhores de engenho do oeste paulista, salientou que para “a descendência do sargento-mor Antonio Pacheco da Silva, por exemplo, a opção pelos primos de quarto grau paternos (43%) era sobrepujada pela opção pelos maternos (56.8%).” (BACELLAR, 1997: 85)

Segundo o mesmo autor, as motivações para esse tipo de prática, oposta à realizada pelas demais famílias, pode ter provindo de vários problemas enfrentados pela família na busca de cônjuges para seus filhos. E as diferenças de prestígios sociais e econômicas (entre ambas as partes) juntamente com isolamento geográfico, seriam elementos relevantes que poderiam modificar as tendências pelo parente paterno. (BACELLAR, 1997: 85)

De acordo com Nardy Filho, Antonio Pacheco da Silva faleceu em Itu em 1779. A viúva, Dona Inácia de Góes, faleceu também em Itu em 11 de outubro de 1803. (NARDY FILHO, 2000: 194)

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, no testamento dessa senhora, consta que a dita viúva era senhora de engenho e que, embora não se saiba de forma exata o total da fortuna deixada, pelos bens deixados na sua terça, é provável que sua meação se aproximasse aos 5250\$000 rs, quantia significativa para a Capitania de São Paulo. (SILVA, 2002: 71)

Ao consultarmos esse testamento datado de 1797, em que foi testamenteiro seu filho, o Reverendo Antonio Pacheco da Silva, pudemos vislumbrar que Dona Inácia já havia vendido parte de suas terras a três de seus filhos, como consta em sua declaração:

*“Declaro que possuo um sítio com Engenho e Fábrica de Açúcar com as terras a ele pertencentes que com todas escrituras e documentos que se acham em meu poder de cujas terras com consentimento de todos os meus herdeiros tendo vendido algumas partes a meu genro Felipe Correa e a meus filhos José de Góes e Luciano Francisco.”<sup>5</sup>*

---

demografia histórica das famílias dos proprietários de grandes escravarias do vale do Paraíba e região da capital de São Paulo. Tese de mestrado, Universidade de São Paulo, 1987.

<sup>5</sup> AESP. Ordem 456, Lata 2, Livro 6, f.93.

Na região de Itu, repleta de engenhos de açúcar, a senhora de engenho Dona Inácia era tão importante quanto o seu marido na vila, e esteve sempre ligada a seus filhos, ajudando-os na tarefa de tornarem-se respeitadas senhores, delegando e distribuindo os bens deixados pelo marido.

Por outro lado, tais práticas familiares revelam aspectos da difícil tarefa de implantação da política pombalina, cujo objetivo era povoar e tornar rentável à Coroa o interior paulista, intensificando e direcionando sua produção agrícola para a exportação.

Elizabeth Darwiche Rabello, em “As elites na sociedade paulista na Segunda metade do século XVIII”, ao examinar os maços de população do ano de 1798 referentes à vila de Itu, observou que, dos 103 senhores de engenho, apenas sete tinham uma produção superior a 2.000 arrobas. Alguns dos descendentes do sargento-mor Antônio Pacheco da Silva estavam entre estes sete maiores produtores. (ALMEIDA, : 150)

Carlos Bacellar destacou que, na partilha dos bens do sargento-mor Antonio Pacheco da Silva:

*“(...) optou-se por manter a posse do engenho familiar sob as mãos do caçula, o Tenente Elias Antônio Pacheco da Silva. Ele era o único filho que permanecera residindo no domicílio paterno até a morte dos pais e fora o administrador do engenho de sua mãe, viúva nos últimos anos de sua vida”. (BACELLAR, 1997)*

De acordo com a genealogia de Frederico de Assis Pacheco Borba, o Tenente Elias Antonio Pacheco da Silva tornou-se único proprietário do Engenho Grande, por herança e adquirindo as partes de seus irmãos, como consta no Auto de Vistoria e Composição lavrado a 1 de dezembro de 1804 e anexo aos autos de inventário de sua mãe, Dona Inácia de Góes Arruda. (BORBA,1977:19)

Segundo Frederico Brotero, o tenente Elias Antonio Pacheco casou-se com Antonia Fausta Rodrigues Jordão, irmã do Brigadeiro Jordão<sup>6</sup>, membro do governo provisório, em 1821, e cavaleiro de diversas ordens imperiais. (BROTERO, 1948: 20)

---

<sup>6</sup> Sobre os negócios e vida material da família Jordão, consultar o seguinte artigo: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. “Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 18, n.1, p.11-42, jan.-jun. 2010.

À luz das genealogias de Luis Gonzaga da Silva Leme e de Frederico de Assis Pacheco Jordão, podemos descrever os descendentes do tenente Elias, bem como mapear as alianças matrimoniais, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela: casamentos dos filhos do Tenente Elias Antonio Pacheco da Silva.

<b>Nome do filho</b>	<b>Cônjuge</b>	<b>Parentesco</b>
Manoel Pacheco Jordão	solteiro	
Fernando Pacheco Jordão	solteiro	
Antonio Carlos Pacheco e Silva	Ana Candida Pacheco do Amaral	Prima do lado paterno
Francisco de Assis Pacheco	Anna Blandina de Almeida Mello	
Ana Eufrosina Pacheco Jordão Pereira Mendes	Coronel Francisco Pereira Mendes	Primo do lado materno
Maria Benedita Pacheco Jordão da Silva Prado	Francisco da Silva Prado	Primo do lado materno
Francisca Emilia Pacheco e Silva	Dr. José Correa Pacheco e Silva	Primo do lado paterno
Antonia Fausta Rodrigues Pacheco Chaves	Miguel Francisco Bueno Chaves	Proprietário e negociante de Santos
Dr. José Elias Pacheco Jordão	Dona Marcolina Pacheco Jordão	
Ignácia Joaquina Pacheco Jordão	1ª vez com João Francisco da Silva Mello, 2ª vez Antonio Correa Pacheco	2ª vez com o filho de seu primo paterno
João Baptista Pacheco Jordão	Gabriela Emilia Correa Pacheco e Silva	Sobrinha
Joaquim Elias Pacheco Jordão	Antonia Fausta Pacheco	Sobrinha

No que diz respeito aos casamentos consangüíneos, verificou-se por meio da tabela sobre os casamentos, efetuados pelos filhos do tenente Elias Antonio Pacheco da Silva e Dona Antonia Fausta Pacheco Jordão, cinco casamentos com parentes do lado paterno e dois do lado materno.

Contudo, além de mapear os matrimônios realizados, as genealogias possibilitam o levantamento das atividades econômicas, posições políticas, e cargos ocupados por



alguns dos descendentes do tenente Elias Antonio Pacheco da Silva, como podemos vislumbrar pela tabela a seguir:

Tabela: Atividades econômicas e cargos.

Nome	Atividades econômicas	Cargos e posições políticas
Desembargador Dr. Fernando Pacheco Jordão	Lavrador sócio no “Engenho Grande”	Juíz de Fora e Alfândega de Santos Juíz de Fora da Cidade de São Paulo; Juíz de Direito da Comarca de Itu; Desembargador da Relação do Maranhão até 1854; Deputado provincial e geral; Em 1856 contemplado em lista tríplice para senador por São Paulo;
Guarda-mor Antonio Carlos Pacheco e Silva	Lavrador, fazenda Sete Quedas, Campinas;	Em 1819, foi nomeado por D. João VI, guarda-mor das terras e águas minerais do rio Capivari (termo da vila de Itu) Participou da reação ituana contra a “Bernarda” de Francisco Ignácio
Coronel Francisco de Assis Pacheco	Lavrador de café e cana de açúcar em Itu	Participou da reação ituana contra a “Bernarda” de Francisco Ignácio Pertenceu ao Partido Conservador; Foi vereador em Itu; Foi Comandante da Guarda Nacional da Comarca de Itu; Presidente da Província de São Paulo
Dona Antonia Fausta Rodrigues Pacheco Chaves	Lavradora, sócia no “Engenho Grande”	
Dr. José Elias Pacheco Jordão	Lavrador de café, na fazenda Biry, em Rio Claro; Sócio no “Engenho Grande” em Itu	Um dos Chefes do Partido conservador; Vereador e presidente da Câmara de Rio Claro; Deputado provincial; Assumiu duas vezes o governo da província como vice-presidente; Condecoração do Hábito do Cristo; Comanda da Ordem da Rosa
Dona Ignácia Joaquina Pacheco Jordão	Lavradora, sócia no “Engenho Grande”	
João Baptista Pacheco Jordão	Lavrador, sócio no “Engenho Grande”	
Joaquim Elias Pacheco Jordão	Lavrador, sócio no “Engenho Grande” capitalista	

A partir dos dados apresentados na última tabela, verificamos que as genealogias descreveram a participação política intensa junto ao partido conservador paulista, permitindo o mapeamento da posição política dos descendentes do tenente Elias Antonio Pacheco da Silva, junto à política imperial.<sup>7</sup>

Por outro lado, os estudos produzidos pelos genealogistas, revelam a importância da propriedade agrícola paterna, ou seja, o “Engenho Grande”, para continuidade dos negócios da família. Para tanto, em 1836, o Dr. Fernando Pacheco Jordão, com idade de 36 anos, formou uma sociedade civil para exploração da propriedade agrícola paterna, em conjunto com os seguintes irmãos: José Elias, com 19 anos; João Baptista, com 14; Joaquim Elias com 12; Antonia Fausta com 20 e Inácia Joaquina com 17. (BROTHERO, 1948: 375)

Contudo, se as genealogias enfatizaram a importância do Engenho Grande para o Patrimônio da família “Pacheco de Itu”, também destacaram alguns destes indivíduos envolvidos na produção agrícola ao Oeste, como em Campinas e Rio Claro.

Carlos Bacellar, ao atentar sobre a sucessão dos bens dos senhores de engenho do oeste paulista, esclareceu que a legislação filipina estabelecia a partilha de forma igualitária. Contudo, segundo o historiador, ocorriam mecanismos que intervinham no processo sucessório alterando uma partilha indesejada pelos herdeiros. Sendo que, uma das principais soluções para contornar a legislação residiu em “forçar uma redistribuição dos bens após concluída a partilha oficial”. (BACELLAR, 1997:151)

Os engenhos, por sua vez, tornavam-se um problema real a ser solucionado frente à divisão da herança, pois “constituíam uma unidade de produção completa” que não poderia ser fisicamente dividido. “Se suas terras, onde eram plantadas as lavouras de cana-de-açúcar, eram passíveis de repartição, criando novas propriedades, o maquinário de produção de açúcar era indivisível e também muito caro”. (BACELLAR, 1997: 152)

Dentre as soluções conciliatórias, estudadas por Bacellar, encontra-se o mecanismo encontrado pelos herdeiros do “Engenho Grande”, e a divisão fictícia, e não física, que

---

<sup>7</sup> As descrições ainda permitiram vislumbrar os herdeiros do “Engenho Grande” envolvidos na fase inicial da construção da Companhia Ituana de Estradas de Ferro, composto pelo líder financeiro Francisco de Assis Pacheco e seguidos pelos irmãos: João Baptista Pacheco Jordão, Francisca Emília Pacheco Jordão, Joaquim Elias Pacheco Jordão, José Elias Pacheco Jordão, e, destes irmãos, o cunhado Francisco Pereira Mendes. Sobre a Companhia Ituana de Estradas de Ferro, ver: MATOS, Odilon Nogueira De. Café e Ferrovias. A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira. 2ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1974.

possibilitava aos herdeiros uma administração conjunta e divisão dos lucros em partes iguais. (BACELLAR, 1997:154)

Contudo, essa prática deixa transparecer as dificuldades que poderiam ocorrer pela morte de algum dos irmãos ou por conflitos entre eles. Em nosso projeto de doutorado investigaremos como ocorreu esta sucessão, levantando os conflitos e resoluções vivenciados pelos herdeiros. Cabe ainda esclarecer, que nem todos os descendentes do tenente Elias Antonio Pacheco participaram da sociedade para exploração do engenho, que suscita outras inquietações sobre esta partilha.

Todavia, sabe-se que, João Baptista Pacheco Jordão permanecera com o “Engenho Grande” produzindo cana-de-açúcar até o seu falecimento em 1898, quando sua esposa Gabriela Emília Correa Pacheco assumiu os bens deixados pelo marido. Neste sentido, a cultura da cana-de-açúcar residiu como sustento da família, desde meados do século XVIII até o final do século XIX, quando a família direcionou seus investimentos à indústria têxtil, adquirindo, para tanto, a Fábrica de Tecidos São Luis.

Cabe esclarecer, contudo, que, no final do século XIX, se alguns herdeiros de Antônio Pacheco da Silva permaneceram em Itu, produzindo cana-de-açúcar e investindo na industrialização, outros, por sua vez, como fizeram inúmeras famílias ituanas durante todo o século XIX, passaram a explorar o chamado Oeste Paulista.

Contudo, mesmo diante do movimento intenso da população em direção ao Oeste, os herdeiros do Engenho Grande, pertencente a Antônio Pacheco da Silva, permaneceram com sua fábrica de açúcar protagonizando em meio aos vários acontecimentos políticos que se sucederam ao longo do século XIX na vila. Desta forma, se no primeiro momento esta pesquisa torna-se pertinente por possibilitar o entendimento da organização da produção açucareira paulista, no momento de incentivo da produção açucareira, por parte da Coroa Portuguesa no século XVIII, por outro lado, também é oportuna porque viabiliza questionar o significado da manutenção da produção açucareira no século XIX, quando o café tornava-se produto de relevância para as exportações, substituindo as antigas lavouras de cana.

Neste sentido, se as genealogias foram primordiais para o efetivo exame preliminar da constituição familiar e levantamento de inúmeros questionamentos para o

desenvolvimento desta pesquisa, por outro lado, possibilitou o mapeamento de fontes em diferentes arquivos e fundos.<sup>8</sup>

Logo, ao ensejar uma análise a respeito da trajetória<sup>9</sup> da família “Pacheco de Itu”, realizamos um levantamento de fontes a partir dos caminhos sugeridos por Carlo Ginzburg no artigo O nome e o como; no qual o historiador sugeriu uma investigação em que o nome se revelaria como um fio condutor de pesquisas em vários arquivos a fim de se mapearem diversas fontes sobre o mesmo sujeito, “(...) compondo uma espécie de teia de malha fina, <dando> ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. (GINZBURG, 1991:175)

## **BIBLIOGRAFIA E FONTES:**

### **FONTES:**

#### **Fontes manuscritas:**

#### **Arquivo da Cúria Metropolitana**

Fundo: Índice seção segunda: Dispensas matrimoniais e casamentos:

1782 Luciano Francisco Pacheco e Anna Gertrudes de Campos. Est. 5 g. 73 n. 1483

1783 José de Góes Pacheco e Dona Gertrudes Antonia de Barros. Est.5.g.76.n.1518.

1809 Luciano Francisco Pacheco e Escolástica Francisca Xavier Campos Pacheco. Est. 8 g. 27 n.3779

1829 Luciano Francisco Pacheco e Antonia de Arruda Est. 10 g.14 n.5883

#### **Arquivo do Estado de São Paulo:**

---

<sup>8</sup> Foram levantados e iniciado a coleta de dados em documentos conservados na Documentação Textual do Museu Republicano “Convenção de Itu”/MP/USP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Arquivo da Cúria de Jundiáí.

<sup>9</sup> Nos últimos anos, trabalhos significativos foram produzidos acerca da trajetória de famílias, de determinados sujeitos ou até mesmo biográficos, como: DAVIS, Natalie Zemon. Nas Margens. Três Mulheres do século XVII. Tradução: Hildegard Feist. \_ São Paulo: Companhia das Letras, 1997; FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do Mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; MALUF, Marina. Ruídos da Memória. São Paulo: Siciliano, 1995. MUAZE, Mariana. As Memórias da Viscondessa: Família e Poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008; REZENDE, Irene Nogueira de. Paraíso e esperança. A vida cotidiana de fazendeiros da Zona em Minas Gerais, século XIX e XX. Tese Doutorado História Social USP, 2002.

AE-SP. Juízo de Órfãos, caixa 5371, nº. 13137.

AE-SP. Ordem 456, Lata 2, Livro 6, f.93.

### **Fontes impressas:**

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. São Paulo: Duprat & Comp. Rua Direita, 14, 1903-1905.

### **Bibliografia:**

ALMEIDA, Joseph César Ferreira de Almeida. Entre engenhos e canaviais: Senhoras do Açúcar em Itu (1780-1830). Dissertação em História Econômica, FFLCH, USP, 2008.

ALMEIDA, Elisabeth Darwiche Rabelo de. As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVIII. São Paulo: Safady, 1981.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1858). Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BORBA, Frederico de Assis Pacheco. Pacheco de Itu: Antepassados e descendentes de Elias Antonio Pacheco da Silva. 1977.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. “Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 18, n.1, p.11-42, jan.-jun. 2010.

BROTERO, Frederico de Barros. A família Jordão e seus afins. São Paulo: [s.n.], 1948.

CANABRAVA, Alice P. O algodão em São Paulo: 1861-1875. SP: T. A Queiroz, 1984.

DAVIS, Natalie Zemon. Nas Margens. Três Mulheres do século XVII. Tradução: Hildegard Feist. \_ São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. 1880-1945. 3ª Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel ed. 1971.

DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-1920. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

DOSSE, François. O desafio biográfico. Escrever uma vida, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FEBVRE, Lucien, O problema da incredulidade no século XVI. A religião de Rabelais, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e contratador dos diamantes: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.P. 19-20.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. IN: A micro-história e Outros ensaios. Tradução de Antonio Narino. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S. A., 1991.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODOY, Silvana Alves de. Itu e Araritaguaba na rota das monções. (1718-1838). Dissertação de Mestrado: História Econômica, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2002.

GOLDSCHMIDT, Eliana M. R. “Famílias Paulistas e os casamentos consanguíneos de ‘donas’, no período colonial”. Anais da 17ª Reunião da S.B.P.H. São Paulo, 1997.

GUEDES, Roberto. Egressos do Cativo: Trabalho, Família, Aliança e Mobilidade Social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad & FAPERJ, 2008.

IANNI, Octavio. Uma cidade antiga. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp. Coleção Tempo & Memória 1996.

KATINSKY, Julio Roberto. “Casa Bandeiristas”- Nascimento e Reconhecimento da Arte em São Paulo- Doutorado, FAU-USP, 1972.

LAPA, Roberto do Amaral Lapa. A Economia cafeeira. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEMOS. Carlos. Casa Paulista. SP: Edusp, 1999.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. (org.) A escrita da História: Novas Perspectivas. 2ª Edição. Editora Unesp, 1992.

LISANTI FILHO, Luis. Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (O exemplo de três vilas paulistas-Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/29). Tese de Doutorado USP, São Paulo 1962.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Hebert S. H. Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARANHO, Milena Fernandes. A Oportunidade Relativizada. Significados econômicos e sociais de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga. 1648-1682. Dissertação de Mestrado. Agosto, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

MATOS, Odilon Nogueira De. Café e Ferrovias. A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira. 2ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1974.

MELO, Evaldo Cabral. O nome e o sangue – uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

MELO, Evando Vieira de. O açúcar no café: Agromanufatura Açucareira e Modernização em São Paulo (1850-1910). São Paulo: Tese Doutorado História Econômica FFLCH- USP, 2009.

METCALF, Alida C. “Elementos para definição do padrão familiar da elite de São Paulo”. *Ler História* (Lisboa)29:91- 104,1995.

MUAZE, Mariana. As Memórias da Viscondessa: Família e Poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

NARDY FILHO, Francisco. A cidade de Itu. São Paulo: Editora OTTONI, vol.5º.2000.

NAZZARI, Muriel. O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, 1600-1900. Trd. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. A Independência e a construção do Império. São Paulo: Atual, 1995.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro.

QUEIROZ, Suely R. Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1966.

REZENDE, Irene Nogueira de. Paraíso e esperança. A vida cotidiana de fazendeiros da Zona em Minas Gerais, século XIX e XX. Tese Doutorado História Social USP, 2002.

SAIA, Luís. A casa bandeirista: uma reinterpretação. SP: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1955.

\_\_\_\_\_. Residências Rurais do Brasil Colônia. Tese de Livre Docência. FA-Universidade de Minas Gerais, 1958.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Dinâmica familiar da elite paulista (1765- 1836) Estudo diferencial de demografia histórica das famílias dos proprietários de grandes escravarias do vale do Paraíba e região da capital de São Paulo. Tese de mestrado, Universidade de São Paulo, 1987.

SILVA, Domício Pacheco. O último cafezal: a história de São Paulo em uma saga de família. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

STEIN, Stanley. Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba. São Paulo: Brasiliense, 1961.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Maloqueiros e seus Palácios de Barro: O cotidiano Doméstico na Casa Bandeiristas. São Paulo: Tese de Doutorado em Arqueologia-MAE-USP, 2005.

ZEQUINI, Anicleide. O quintal da fábrica: a industrialização pioneira do interior paulista/ salto-sp. Séculos XIX e XX. São Paulo: Annablume, 2004.

ZANATTA, Aline Antunes. Justiça e representações femininas: O divórcio entre a elite paulista. (1765-1822). Dissertação de Mestrado em História Cultural/IFCH/Unicamp, 2005.